



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

143 anos

Prefeito(a) Municipal

Clésio Salvaro

Vice-Prefeito(a)

Ricardo Fabris

Secretário(a) Municipal de Saúde

Acélio Casagrande

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Anequésselen Bitencourt Fortunato

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

João Batista Beloli

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Bruno Ferreira

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Ramon Ugioni Borges

Fernanda Martins

2023



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0			
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Acélio Casagrande	secretaria.saude@criciuma.sc.gov.br	(48) 3445-8400
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES	Ramon Ugioni Borges Fernanda Martins	ambiental.visa@criciuma.sc.gov.br	(48) 3437-6191



3. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Ramon Ugioni Borges
II. Fernanda Martins
Colaboradores
I. Ramon Ugioni Borges
II. Fernanda Martins
Revisores
I. Ramon Ugioni Borges
II. Fernanda Martins



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sumário

Apresentação 6

1.1 Objetivo Geral 7

1.2 Objetivos Específicos 7

2. Marco legal e normativo 8

3. Caracterização do Município 10

3.1 Aspectos Socioeconômicos 10

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 11

3.3 Atividades Econômicas 11

3.4 Características físicas 11

3.4.1 Clima 11

3.4.2 Pluviometria 12

3.4.3 Pedologia 14

3.5 Hidrografia 14

3.6 Saúde 15

3.7 Assistência Social 19

3.8 Segurança 19

3.9 Obras 20

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 20

5. Gestão de Risco em Desastres 21

5.1 Inundações - COBRADE 1.2.1.0.0 23

5.2.1 Redução de riscos 23

5.2.2 Resposta 25

5.2.3 Recuperação 26

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 27

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 27

6.2 Sala de situação 27

7. Informações à população 28

8. Capacitações 29



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências 30



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Apresentação

No Brasil, assim como em outros países, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural (como as inundações, secas e deslizamentos) e tecnológicos (químicos e radioativos, por exemplo) e de seus impactos humanos (incluindo os impactos sobre a saúde), ambientais e materiais. Paralelamente a esse crescimento, observa-se que o tema dos desastres vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas de governos e da sociedade de modo geral, num esforço de estarmos cada vez mais preparados para reduzir os seus riscos e principalmente os seus impactos.

Os desastres são variados e muitas vezes imprevisíveis, mas sua recorrência ao longo dos anos permite identificar tipos mais frequentes e municípios e regiões mais afetados. No entanto, mesmo que possamos identificar e caracterizar os desastres, é importante observar que cada um deles tem uma particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade, ao tamanho da área afetada e às características da população exposta, bem como diferentes condições socioambientais presentes no território, que podem afetar de formas variadas a saúde das populações.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo (municipal, estadual e federal), assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor



1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

O Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP) tem como finalidade apresentar ações contínuas no âmbito da saúde pública passíveis de prevenir, mitigar e recuperar os possíveis danos provenientes de desastres naturais.

1.2 Objetivos Específicos

Definir a estratégia de atuação da Vigilância Sanitária na resposta às emergências em saúde pública.

Estabelecer atuação coordenada, no âmbito da Secretária Municipal de Saúde, para resposta às emergências em saúde pública, potencializando a utilização de recursos.

Permitir, por meio da atuação coordenada, a interlocução com outros órgãos intersetoriais para garantir uma resposta oportuna, eficiente e eficaz.

Promover o cumprimento dos requisitos legais e as responsabilidades da Vigilância Sanitária na resposta às emergências em saúde pública.

Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos comuns para a resposta às emergências em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- Decreto n° 7.508 (2011): Regulamenta a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria n° 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria n° 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução n° 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria n° 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto n° 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

A cidade de Criciúma possui uma população estimada de 219.393 pessoas e uma área territorial de 234,865km², conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A densidade demográfica, com dados do ano de 2010, era de 815,87hab/km².

Segundo dados do IBGE de 2010, a distribuição populacional por gênero, indicou que, no município, os homens representavam 49,20% da população e as mulheres, 50,80%.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A estrutura etária de uma população, geralmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Conforme esta disposição, no município, em 2010, os jovens representavam 29,7% da população, os adultos 60,9% e os idosos 9,4%.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Criciúma foi de 0,788, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto.

3.3 Atividades Econômicas

O município é conhecido por ser a capital brasileira do carvão e do revestimento cerâmico, mas também se destaca nos setores metalúrgicos, supermercadista, vestuário, construção civil e setor químico.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

Segundo sistema de classificação climático de Köppen o clima predominante é Mesotérmico Úmido do tipo Temperado, a máxima intensidade pluviométrica ocorre no verão, enquanto a precipitação mínima ocorre no inverno.

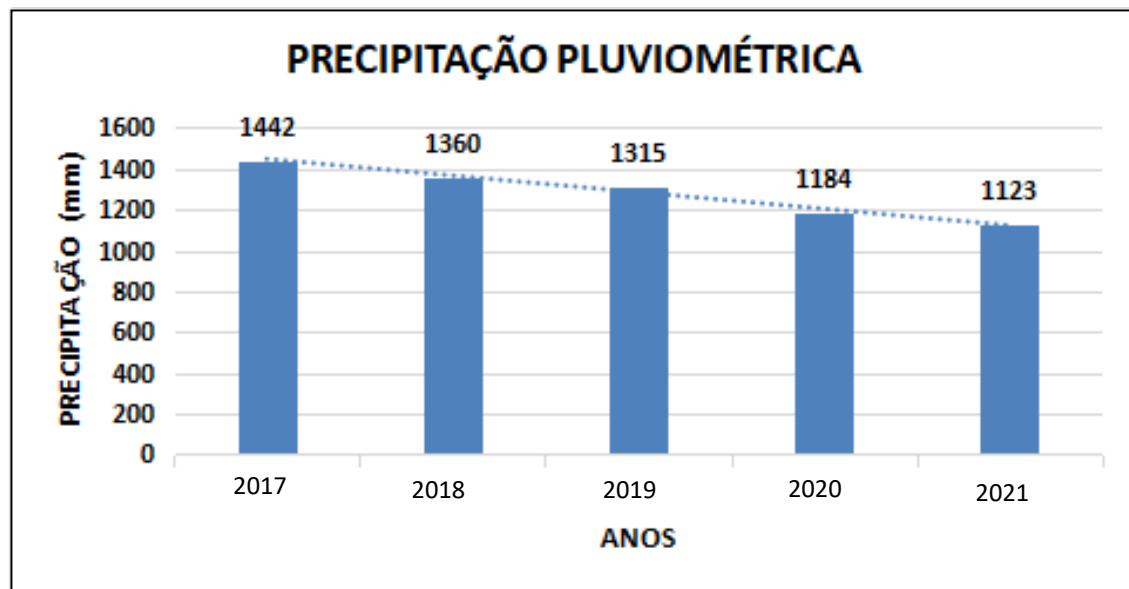


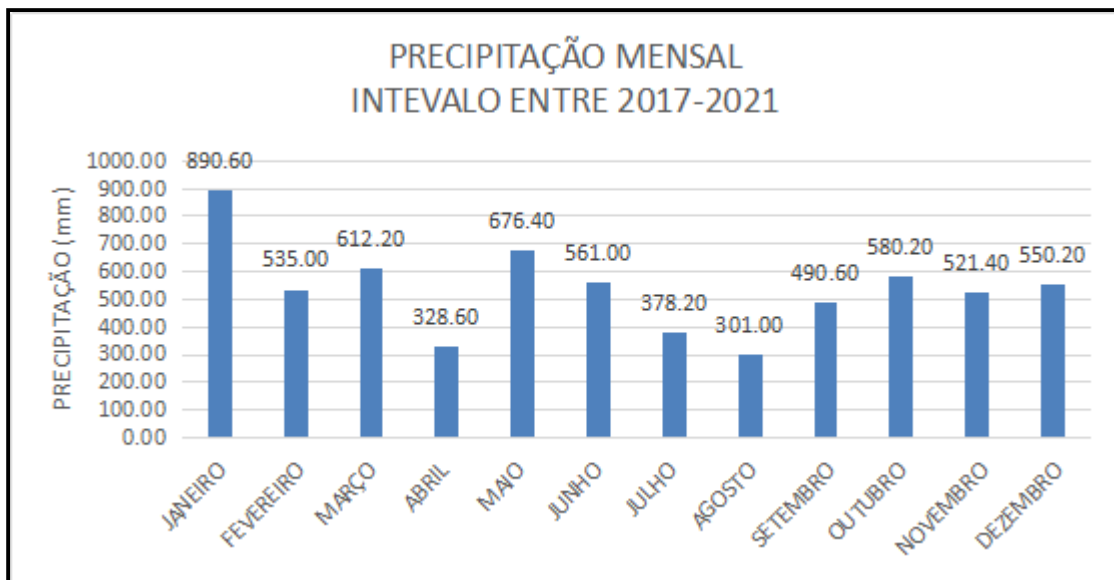
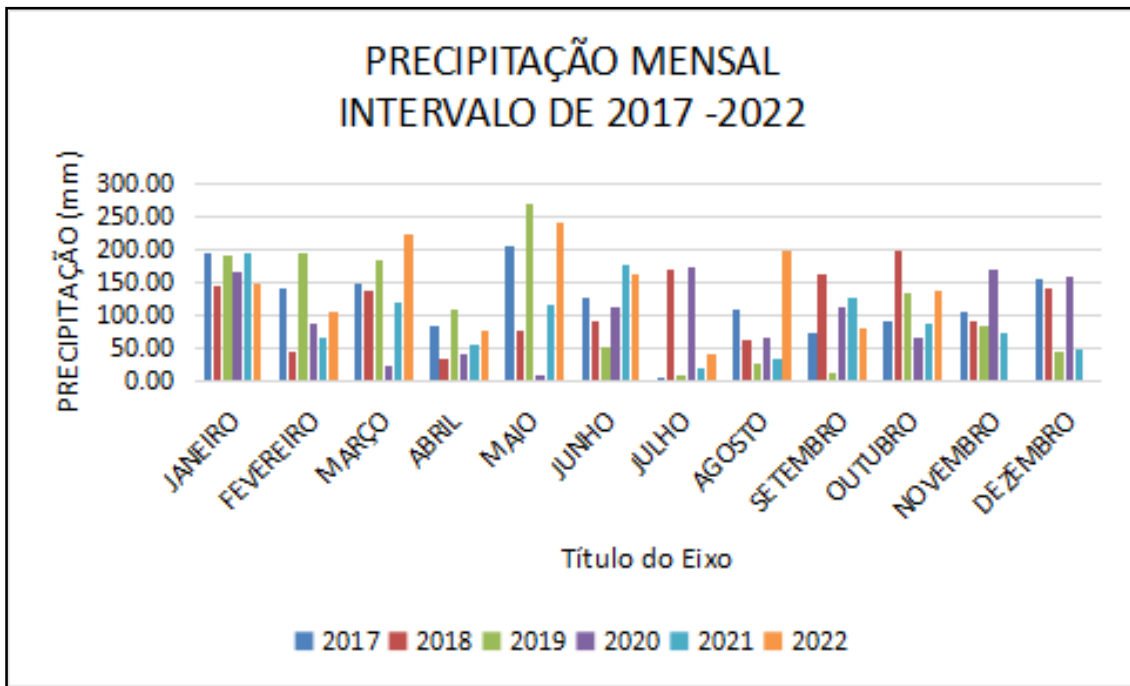
As temperaturas mais elevadas ocorrem nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, enquanto as temperaturas mais baixas ocorrem nos meses de junho e julho.

A temperatura média anual é de 19°C, com umidade relativa do ar em 80% e ventos predominantemente nordeste e rajadas do sul, principalmente no inverno, com velocidade média de 11 Km/h. Recebe em média de 1.900 a 2.000 horas anuais de insolação.

3.4.2 Pluviometria

TABELA X - ÍNDICE PLUVIOMÉTRICO EM MILÍMETROS						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
JANEIRO	194,00	143,80	192,20	164,40	196,20	147,00
FEVEREIRO	141,00	46,40	193,60	86,60	67,40	105,40
MARÇO	148,40	137,00	183,40	24,80	118,60	223,60
ABRIL	86,00	34,40	109,60	42,80	55,80	76,60
MAIO	203,80	78,20	268,00	8,60	117,80	241,80
JUNHO	126,40	92,60	53,40	112,00	176,60	161,80
JULHO	7,40	169,40	10,80	171,80	18,80	42,00
AGOSTO	110,00	63,40	26,60	66,20	34,80	197,40
SETEMBRO	72,40	163,40	14,40	112,60	127,80	81,60
OUTUBRO	91,40	197,00	135,60	66,80	89,40	136,80
NOVEMBRO	104,80	91,80	84,00	168,80	72,00	
DEZEMBRO	156,40	142,80	44,20	158,60	48,20	
	1442,00	1360,20	1315,80	1184,00	1123,40	1414,00







3.4.3 Pedologia

As unidades litoestratigráficas de maior expressão existentes na área do município de Criciúma são a Formação Rio Bonito e a Formação Palermo. Estas formações compreendem cerca de 2/3 do conjunto dos estratos sedimentares, sendo o restante 1/3 representado pelas litologias das Formações Irati, Estrada Nova, Rio do Rastro, Serra Geral (soleira) e planícies aluvionar e costeira. Subordinadamente, há dispersos afloramentos do embasamento cristalino representado por granitóides.

Os solos predominantes são classificados em: Argisolos, Cambissolos, Nitossolos e Gleisolos. Os argisolos apresentam a maior ocorrência, totalizando 41,53% da área do município. Os gleossolos apresentam menor ocorrência com 3,43%.

3.5 Hidrografia

As águas superficiais no território do município de Criciúma drenam para as bacias hidrográficas dos Rios Araranguá e Urussanga, ambas pertencentes a 10° região hidrográfica do estado de Santa Catarina.

A porção noroeste do município, equivalente a 23,6% do seu território, é banhado pelos rios Ronco D'água e Linha Anta, que drenam para a bacia do Rio Urussanga. O restante da área tem como seu principal curso d'água o Rio Sangão, cujos afluentes são os rios Maina, Criciúma e Cedro.

Na porção sudeste do território municipal, ocorre os Eldorado e Quarta Linha, ambos afluentes do Rio dos Porcos, sendo este último afluente do Rio Araranguá.

A noroeste ocorre o Rio Medeiros, que juntamente com o Rio Sangão, são afluentes do Rio Mãe Luzia, um dos principais contribuintes da bacia do Rio Araranguá.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O rio Criciúma drena uma área de aproximadamente 19,02 km² e atravessa a porção central da cidade com longos trechos em que se encontra canalizado ou desviado do seu leito original.

3.6 Saúde

A estrutura física do sistema público de saúde municipal, em dezembro de 2021, é composta por 45 Unidades Básicas de Saúde, 01 Unidade de Pronto Atendimento, 01 Pronto Atendimento, 4 Centros de Atenção Psicossocial, 02 Centros de Especialidades em Saúde, 01 Centro de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, 13 Farmácias públicas, 01 Ambulatório de Feridas, 01 Centro de Especialidades Odontológicas, 01 Centro de Controle de Zoonoses, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Núcleo de Prevenção a Violência e Promoção da Saúde, 01 Centro de Reabilitação Multiprofissional.

3.6.1 Atenção Básica

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são divididas em seis distritos sanitários: Santa Luzia, Rio Maina, Boa Vista, Centro, Quarta Linha e Próspera. São 45 UBS, com 50 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Atenção Primária (EAP).

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
ESF ANA MARIA	RUA GILÍO BÚRIGO, ANA MARIA
ESF ARGENTINA	RUA TAQUARI, ARGENTINA
ESF BRASÍLIA	RUA XINGU, BRASÍLIA
ESF CENTRO SOCIAL URBANO (CSU)	RUA ACRE, NOSSA SENHORA DA SALETE
ESF CID. MINEIRA VELHA	RUA UNIÃO, CIDADE MINEIRA VELHA
ESF CRISTO REDENTOR	RUA CECÍLIA MARIA VIEIRA BATISTA
ESF LINHA BATISTA	RUA LEONARDO BIALECK, LINHA BATISTA
ESF MILANESE	RUA VALDIR VAZ FRANCO, MILANESE
ESF MINA UNIÃO	RUA CATARINA MILANEZ, MINA UNIÃO
ESF MORRO ESTEVÃO	RUA BRUNO NICROSINI, MORRO ESTEVÃO
ESF NOSSA SENHORA DA SALETE	RUA DIONÍSIO MILIOLLI, NOSSA SENHORA DA SALETE



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ESF OPERÁRIA NOVA	RUA ATAULFO ALVES, OPERÁRIA NOVA
ESF PARAÍSO	RUA IMIGRANTE BENEDET, PINHEIRINHO
ESF PINHEIRINHO E ALTO PINHEIRINHO	RUA IMIGRANTE MELLER, PINHEIRINHO
ESF PRIMEIRA LINHA	RUA ALEXANDRE BELOLI, PRIMEIRA LINHA
ESF QUARTA LINHA	RUA MANSUETO LUIZ ROSSO, QUARTA LINHA
ESF SANTA AUGUSTA	AVANIDA DOS ITALIANOS, PINHEIRINHO
ESF SANTA LUZIA	RUA BRAZ CARDOSO FERNANDES
ESF SANTO ANTÔNIO	RUA ATAIDE BOTELHO, SANTO ANTÔNIO
ESF SÃO DEFENDE	RUA JOÃO BATISTA CORDEIRO, SÃO DEFENDE
ESF SÃO SEBASTIAO	RUA JOSÉ MACHADO DE SOUZA, SÃO SEBASTIÃO
ESF VERDINHO	RUA LÍBERO JOÃO DA SILVA, VERDINHO
ESF VILA FRANCESA	RUA JOSÉ LÚCIO GODINHO, VILA FRANCESA
ESF VILA MANAUS	RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, VILA MANAUS
ESF VILA NOVA ESPERANÇA	RUA FAUSTO ANTÔNIO MARQUES, VILA NOVA ESPERANÇA
ESF VILA RICA	RUA DOMINGOS DE VILLA, DOS IMIGRANTES
ESF VILA ZULEIMA	RUA ANTÔNIO DE OLIVEIRA, VILA ZULEIMA
ESF WOSOCRIS	RUA SEBASTIÃO ANTÔNIO MATEUS, WOSOCRIS
UBS CENTRO	RUA JOÃO PESSOA, CENTRO
UBS COLONIAL	RUA JOSÉ VÂNIO BÚRIGO, COLONIAL
UBS MAE LUZIA	RUA VEREADOR JOSÉ DANDOLINI, MÃE LUZIA
UBS METROPOL	RUA JOSÉ MANOEL SEBASTIÃO, METROPOL
UBS MINA DO MATO	RUA LUIZ PIZZETTI, MINA DO MATO
UBS MINA DO TOCO	RODOVIA ARCHIMEDES NASPOLINI, ARCHIMEDES NASPOLINI
UBS MINEIRAS	RUA LINDOLFO MEIRA, CIDADE MINEIRA NOVA
UBS MINEIRAS	RUA LINDOLFO MEIRA, CIDADE MINEIRA NOVA
UBS PRÓSPERA	RUA PERNAMBUCO, PRÓSPERA
UBS RIO MAINA/WOSOCRIS	RUA VIRGÍLIO MONDARDO, CATARINENSE
UBS RENASCER/MINA QUATRO	RUA HEITOR FRAGA DE OLIVEIRA, RENASCER
UBS SANTA AUGUSTA	AVENIDA DOS ITALIANOS, SANTA AUGUSTA
UBS SANTA BARBARA	RUA SAMPAIO VIANA, SANTA BÁRBARA
UBS SÃO LUIZ	RUA PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO LUIZ
UBS SÃO MARCOS	RUA MANOEL ANTÔNIO FERREIRA, SÃO MARCOS
UBS SÃO ROQUE	RUA LUIZ JOSÉ MARIANO, SÃO ROQUE
UBS VILA BELMIRO	RUA DARCI JOÃO BIANCHINI, SÃO SEBASTIÃO
UBS VILA RICA/IMIGRANTES	RUA DOMINGOS DE VILLA, DOS IMIGRANTES



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.6.2 Saúde Mental

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I	RUA MÁRIO GREGÓRIO DOS REIS, SANTA BÁRBARA
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS II	RUA PAULO DE FRONTIN, SANTA BÁRBARA
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS III	RUA ALMIRANTE BARROSO, CENTRO
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS AD	RUA JOÃO BATISTA RITA, SANTA LUZIA

3.6.3 Rede de Atenção às Urgências e Emergências

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BOA VISTA	RUA TANGARÁ, SÃO FRANCISCO
PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS PROSPERA	RUA PERNAMBUCO, PRÓSPERA
PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS RIO MAINA	RUA DONA AMÁLIA MEDEIROS, RIO MAINA
SAMU	RUA ÁLVARO CATÃO - OPERÁRIA NOVA

3.6.4 Atenção Especializada

A atenção especializada está organizada em três setores no município de Criciúma, sendo estes o Centro de Especialidades, Centro de Especialidades II e Centro de Especialidades em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. São ofertadas consultas em média complexidade, sendo a alta complexidade de responsabilidade do Hospital.

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
CENTRO DE ESPECIALIDADES EM SAUDE DE CRICIUMA CES	RUA LUÍS PIROLA DE NOÉ, 150 - VILA ISABEL



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.6.5 Vigilância em Saúde

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE	RUA MIGUEL PATRÍCIO DE SOUZA, BOSQUE DO REPOUSO
PROGRAMA ATENÇÃO MUNICIPAL AS DST/HIV/AIDS	MARIA FERNANDES ARGENTE, SANTO ANTÔNIO,
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	RUA MADRE TEREZA MICHEL, MICHEL
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - HEPATITE/TUBERCULOSE/HANSENÍASE	RUA BENJAMIN BRISTOT, MICHEL
VIGILANCIA SANITARIA	EMÍLIO HULSE, SANTA BÁRBARA

3.5.6 Assistência Farmacêutica

No município de Criciúma, a Assistência Farmacêutica estrutura-se de forma descentralizada, seguindo a lógica dos Distritos Sanitários, contando, hoje, com 57 pontos de acesso a medicamentos, distribuídos entre Unidades Básicas de Saúde, Farmácias Distritais, Farmácia Escola, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Farmácia Central e Farmácias estratégicas.

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
FARMACIA CENTRAL	RUA MARIA FERNANDES ARGENTE, SANTO ANTÔNIO
FARMÁCIA DISTRITAL BOA VISTA	RUA SÃO FRANCISCO DO SUL, BOA VISTA
FARMÁCIA JUDICIAL	RUA BENJAMIN BRISTOT, MICHEL

3.6.7 Assistência Hospitalar

A assistência hospitalar em Criciúma é realizada por 632 leitos hospitalares sendo 369 vinculados ao SUS. Os leitos ativos do SUS estão alocados em 2 hospitais, o Hospital São José e o Hospital Materno-Infantil Santa Catarina.

SERVIÇO DE SAÚDE	ENDEREÇO
HOSPITAL SAO JOSE	CORONEL PEDRO BENEDET, PIO CORRÊA
HOSPITAL UNIMED CRICIUMA	ESTEVÃO EMÍLIO DE SOUZA, CEARÁ
HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA	VITAL BRASIL, CRUZEIRO DO SUL
HOSPITAL MATERNO-INFANTIL SANTA CATARINA	WENCESLAU BRAZ, OPERÁRIA NOVA



3.7 Assistência Social

A Secretaria Municipal da Assistência Social tem por finalidade planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município que visem o fomento e desenvolvimento social da população, por meio de ações relativas às políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de assistência social e de promoção e garantia dos direitos humanos.

SETOR	ENDEREÇO	TELEFONE
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA- CENTRO POP	RUA MARTINHO LUTERO, 179-325 - PINHEIRINHO.	(48) 3443-5687
CRAS - CRISTO REDENTOR	RUA MARIA CECILIA VIEIRA BATISTA, CRISTO REDENTOR.	(48) 3439-4259
CRAS - PRÓSPERA	RUA JOSÉ JERÔNIMO, 70 - PRÓSPERA.	(48) 3445-8921
CRAS – RENASCER	RUA ANTÔNIO LIMA - RENASCER.	(48) 3439-7406
CRAS - SANTA LUZIA	RUA LUÍS EURÍCO TEJERA LISBOA, 330-388, - PROMORAR VILA VITORIA.	(48) 3445-8940
CRAS - TEREZA CRISTINA	RUA JOÃO SPÍLERE, 1064 - TEREZA CRISTINA.	(48) 3445-8941
CRAS - VILA MIGUEL	RUA ISAURA DE JESUS DOS SANTOS , S/N, VILA MIGUEL.	(48) 3478-5002
CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	RUA SÃO JOSÉ - CENTRO.	(48) 3445-8925
HABITAÇÃO	PAÇO MUNICIPAL - SANTA BARBARA.	(48) 3431-0389
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	PAÇO MUNICIPAL - SANTA BÁRBARA.	(48) 3431-0389

3.8 Segurança

A segurança pública pode ser definida como um conjunto de dispositivos e de medidas de precaução que asseguram a população de estar livre do perigo, de danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio. Os principais órgão de segurança pública de Criciúma estão listados abaixo.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ÓRGÃO	RESPONSÁVEL	CARGO	CONTATO
Polícia Militar	Sandi Murís de Medeiros Sartor	Tenente-coronel	(48) 3403-7157
Polícia Civil	André Borges Milanese	Delegado	(48) 3462-2090
Corpo de Bombeiros	Henrique Piovezam da Silveira	Tenente-coronel	(48) 3403-1550
Defesa Civil	Alfredo Gomes	Diretor	(49) 3445-7019

3.9 Obras

A Secretaria de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana tem por finalidade planejar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais, a cargo do Município, relativas a obras pública. Os principais setores estão relacionados abaixo.

SETOR	RESPONSÁVEL	CARGO	CONTATO
administrativo	João Batista Belloli	Secretário	(48) 3431-0200
Intendência Quarta Linha	Riva Rosso	Intendente	(49) 99609-2677
Intendência Santa Luzia	Neri Xavier	Intendente	(48) 99660-6979
Intendência Rio Maina	Gelson Fernandes	Intendente	(48) 99159-0127

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE)	Breve relato
01/2014	1.3.2.1.4	A Prefeitura de Criciúma, no Sul catarinense, decretou situação de emergência em três regiões do município em 13/01/2014. O documento vale para as áreas da Grande Santa Luzia e nos Bairros Laranjinha e Quarta Linha. Um grande



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		volume de água foi registrado na cidade no final de semana.
07/2020	1.3.2.1.5	Em dois dias, a Defesa Civil de Criciúma atendeu ocorrências em virtude das fortes rajadas de vento, causadas pelo ciclone extratropical que atingiu Santa Catarina em 30/06/2020 e 01/07/2023. Nenhuma ocorrência teve vítimas. Os profissionais atuaram na remoção de árvores, desobstrução de vias públicas e no levantamento e monitoramento de áreas de risco. Os atendimentos foram prestados com o auxílio da Celesc e do Corpo de Bombeiros.
08/2022	1.3.2.1.4	Criciúma decretou situação de emergência. A cidade registrou 168 milímetros de chuva nos primeiros 11 dias de agosto de 2022, sendo que o esperado para todo o mês era de 120 milímetros. Houve situação semelhante, ciclone e enchente em agosto nos últimos 99 anos. Nos anos de 1928, 1937, 1940, 1965, 1977, 1983, 1987, 2005, 2011, 2013 e 2022 tivemos chuva acima de 200 milímetros em agosto

5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco



da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2018, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Vigilância Sanitária.

Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.



Etapa	Fase	Objetivo
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

5.1 Inundações - COBRADE 1.2.1.0.0

Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.

5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de inundações

5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Identificar, em conjunto com outras instituições, as vulnerabilidades do município com a finalidade de mapear as possíveis áreas de risco em função das ameaças e das condições sociais, demográficas, ambientais, políticas, econômicas, educacionais, geográficas, técnicas, culturais etc.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Identificar as vulnerabilidades do saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) .	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Identificar as instituições e setores técnicos necessários ao processo de gestão do risco de desastre.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Definir responsabilidades, bem como identificar as ações intra e intersetoriais necessárias para desencadear o processo com eficiência. □	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Mitigação	Monitorar junto ao órgão de meteorologia a previsão das ameaças ou perigos que possam constituir riscos para as populações vulneráveis (que vivem em encostas, próximo a cursos d'água, em adensamentos populacionais como favelas, ocupações desordenadas etc.).	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Articular junto à Defesa Civil a definição de medidas de atuação da população frente à probabilidade da ocorrência de um desastre.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Estabelecer medidas de	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	comunicação de alerta frente à previsão da ocorrência de um desastre aos gestores, técnicos e população.	
Preparação	Emitir alertas em momento oportuno.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Realizar monitoramento e avaliação dos riscos de desastres.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Repassar de imediato de informações essenciais disponíveis para a proteção das populações em áreas em que ameaças podem se tornar desastres ou em que desastres já tenham ocorrido.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Manter estado de alerta para execução das ações necessárias para minimizar os impactos.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Convocar o COE.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Notificar o evento.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Acompanhar as ações de busca e resgate.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Intensificar as ações de prevenção, promoção, proteção, educação, recuperação e reabilitação, previamente determinadas para o setor saúde.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Avaliar os danos às pessoas, no sistema de abastecimento de água, nos abrigos e na infraestrutura de saúde por meio dos formulários de Avaliação de Danos.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
Identificar as necessidades em saúde.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária

5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Avaliar os danos.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Identificar as necessidades para reabilitação.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Intensificar as ações de vigilância epidemiológica de doenças decorrentes de inundações.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária
	Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios.	VIGIDESASTRES MUNICIPAL Vigilância Sanitária

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde . Os representantes terão as



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

01. Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Secretária de Saúde	(48) 3445-8400	saude1@criciuma.sc.gov.br
Vigilância Sanitária	(48) 3437-6191	ambiental.visa@criciuma.sc.gov.br
Vigilância Epidemiológica	(48) 3445-8772	coordenacao.ve@criciuma.sc.gov.br
Centro de Controle de Zoonoses	(48) 3430-0698	ccz@criciuma.sc.gov.br
Atenção Básica	(48) 3445-8400	coordenacao.atencaobasica@criciuma.sc.gov.br
Saúde Mental	(48) 3445-8400	srt.centro@criciuma.sc.gov.br

7. Informações à população

Os meios de comunicação disponíveis, tanto para alertas antecipados sobre eventos adversos, quanto para disseminação de informes e instruções à população sobre as doenças e agravos à saúde por ocorrência de evento adverso podem ser encontrados nas fontes oficiais do governo no sites da Defesa Civil Municipal, Estadual, Diretoria de Vigilância Sanitária, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticas - CPTEC-INPE, entre outros.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8. Capacitações

As equipes técnicas do município serão capacitadas através de treinamentos promovidos pela Secretaria de Saúde Estadual e Defesa Civil Estadual para que estas possam ter o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Plano Nacional De Preparação e Resposta às Emergências de Saúde Pública. Brasília. 2011. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_resposta_emergencias_saude_publica.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública. Brasília. Brasília. 2014. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_resposta_emergencias_saude_publica.pdf>

DIAS, Adalberto de Abreu. Programa de Informações Básicas para a Gestão Territorial de Santa Catarina - PROGESC. Geologia do Município de Criciúma-SC. 1995